



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Migrações internas no Brasil: os professores da Universidade Federal do Tocantins

Internal migrations in Brazil: the professors of the Federal University of Tocantins

*Miguel Pacifico Filho, Universidade Federal do Tocantins,
miguilim@uft.edu.br*

*Thelma Pontes Borges, Universidade Federal do Tocantins,
thelmapontes@uft.edu.br*

*Airton Cardoso Caçado, Universidade Federal do Tocantins,
airtoncardoso@yahoo.com.br*

RESUMO

Nas discussões acerca dos movimentos migratórios alguns fatores podem ser apontados como variáveis de atratividade: proximidade de fronteiras agrícolas, Rodovias Federais, crescimento populacional acima da média e as políticas de expansão do ensino superior público. Objetivamos demonstrar o fluxo migratório de mão de obra docente para a região norte do Brasil, mais especificamente para a Universidade Federal do Tocantins. Consideramos os fatores supracitados comparando-os com a distribuição espacial dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Como fonte utilizamos os registros administrativos disponibilizados pela Pro Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFT, bem como os dados sobre pós graduação *stricto sensu* disponíveis na plataforma digital GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES). Concluímos que o movimento migratório docente para a universidade em questão enquadra-se naquilo que a literatura da área mais recentemente classifica como novos movimentos migratórios brasileiros, ou seja, trabalhadores que se deslocam das regiões sul, sudeste, nordeste e centro-oeste para o norte do Brasil.

Palavras Chave: Migração; Trabalho; Tocantins.

ABSTRACT/RESUMEN

Discussing about the migratory movements some factors can be pointed as variables of attractiveness: proximity of farmland, federal highways, airports, above-average population growth and expansion policies of public higher education. We aim to demonstrate the migratory flow of the teaching labor to the North region of Brazil, more specifically to the Federal University of Tocantins. We considered the above factors by comparing them with the spatial distribution of post-graduation programs *strictosensu* in Brazil. As a source we used the administrative records provided by the Pro-rectory of Management and Development of People of the UFT, as well as data about the graduate studies available on digital platform GEOCAPES (geo-referenced Information System of CAPES). We concluded that the migratory movement of professors for the University in question fits into what the literature of the area more recently classified as new migratory movements, namely, workers of the South, Southeast, Northeast and Midwest to northern Brazil.

Keywords: Migration; Job; Tocantins.

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil assistiu a movimentos migratórios intensos, que podem ser demonstrados por vetor cujo ponto de partida das populações localizava-se nas regiões nordeste e norte, e de chegada a região sudeste. Análises apoiadas por diversas áreas do conhecimento, tais como a sociologia e a economia, expuseram reflexões teóricas capazes de fornecer sustentação a trabalhos de pesquisa dos mais variados escopos. No entanto, uma série de variáveis observadas durante a última década e meia no cenário sócio econômico brasileiro, possibilitou a constatação de movimentos migratórios capazes de expor algumas das significativas mudanças pelas quais vem passando a sociedade brasileira. Nossa abordagem se insere nesse último grupo, dedicada a expor movimentos migratórios cujo destino não são os tradicionais municípios localizados em regiões brasileiras concentradoras de determinadas variáveis de desenvolvimento. Verificamos o deslocamento de mão de obra qualificada para o trabalho docente no ensino superior em municípios da Amazônia Legal, mais especificamente localizados no estado do Tocantins e na Universidade Federal desse estado.

Como fonte, utilizamos os chamados registros administrativos, aqui personificados através dos dados expostos pela PROGEDEP – UFT (Pró Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal do Tocantins), cujo levantamento realizado no ano de 2015 dedicou-se a demonstrar a origem dos 1007 trabalhadores que naquele ano compunham o quadro docente da instituição. Tais dados foram analisados comparativamente, com um outro tipo de registro administrativo, ou seja, aqueles disponíveis na plataforma digital GEOCAPES (Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES) através dos quais é possível constatar a localização dos programas de pós graduação *stricto sensu*, aptos a formar mão de obra para o ensino superior. O local de origem de trabalhadores do ensino superior em municípios da Amazônia Legal, especificamente do Tocantins, nos possibilita afirmar estarmos diante de uma dinâmica que se enquadra nas recentes mudanças dos movimentos migratórios no Brasil? Tais dados nos permitem demonstrar também a histórica fragilidade das políticas públicas no que diz respeito à qualificação da mão de obra na região norte do Brasil?

A partir da posse dos primeiros professores, considera-se o ano de 2003 como referência de início dos trabalhos na Universidade Federal do Tocantins. Estruturada a partir de campus localizados em sete municípios, observa-se uma distância de 999 km entre a unidade situada ao sul do Estado, em Arraias, e a unidade situada ao norte, Tocantinópolis. Integrante da Região Norte do Brasil, e também da chamada Amazônia Legal, alguns dos contextos observáveis no Tocantins chamam a atenção de pesquisadores na área de estudos populacionais. De acordo com Menezes (2010, p.1) “as cidades da Amazônia tendem hoje a assumir um novo componente atrativo e integram o conjunto daquilo que se entende como novos fenômenos de mobilidade populacional dos trabalhadores do território brasileiro”. As variáveis que compõem essa atratividade são também acompanhadas, no contexto dos municípios amazônicos, de questões históricas envolvendo tentativas pouco eficazes de integração da região ao cenário nacional.

Considerando-se as defasagens, já conhecidas em suas múltiplas faces, nos variados indicadores sociais em decorrência de uma sucessão de equívocos de políticas nacionais de integração, a região norte do Brasil em sua relação com Universidade Federal do Tocantins permite formular e problematizar questões entorno do chamado deslocamento de força de trabalho. Ao considerar que parte significativa dos trabalhadores da Universidade Federal do Tocantins é formada por profissionais da educação superior e portadora dos títulos acadêmicos de mestrado e doutorado; somando-se a isso o fato de que a região norte é aquela entre as demais regiões do Brasil que

apresenta, segundo dados da CAPES, os menores números de programas *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, pergunta-se: o processo de ocupação dos postos de trabalho no ensino superior público em municípios do Estado do Tocantins, região norte do Brasil, (nos permite afirmar ser esse) é mais um componente dos chamados novos fenômenos de mobilidade interna dos trabalhadores? qual a origem desses trabalhadores?

O atual estágio das discussões teóricas no campo da demografia sobre os deslocamentos populacionais, permite expor nosso problema e contexto de pesquisa dentro daquilo que se convencionou chamar de tendências atuais das migrações no Brasil (Menezes, 2000), as particularidades do caso brasileiro após 1980 (Brito, 2007); e os chamados novos movimentos populacionais (Oliveira e Simões, 2004). Grosso modo, podemos dizer que, os trabalhos mencionados apontam variáveis como a recente reinterpretação das chamadas externalidades positivas e negativas. A primeira compreendida como os fatores de atração que levaram à migração para os grandes centros populacionais da região sudeste do Brasil nas décadas de 1960 e 1970; acesso aos equipamentos urbanos como saúde, moradia, trabalho e ascensão social. A segunda como o conjunto das conseqüências observáveis no cotidiano das populações que formaram, a partir dos movimentos migratórios, os grandes aglomerados populacionais, a saber, baixa mobilidade urbana, violência em seus mais diversos matizes, nichos de mercado de trabalho, saturados pelos altos padrões de competitividade, e o, contra-movimento do capital a esses fatores, sintetizado por Oliveira & Simões (2004, p.3) ao mencionarem as “empresas que fogem das deseconomias de aglomeração dos grandes centros urbanos”.

Nosso posicionamento dentro dos debates teóricos acerca das migrações, segue as opções observadas em Brito (2007), segundo as quais há nas teorias sobre as migrações, tanto nas de fundamentação econômica, quanto nas de fundamentação sociológica, um paradigma norteador. De acordo com esse mesmo autor,

a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável dessas teorias. Essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar (...) o migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante fosse um empresário de si mesmo a procurar a localização ótima para o seu capital humano (Brito, 2007, p. 3).

Claramente, observa-se o posicionamento crítico do autor, acerca das análises que atribuem tão somente à capacidade do migrante de analisar seu contexto sócio econômico para dele tirar o melhor proveito possível. A crítica se estende ainda à interpretação de que tal dinâmica seria a força motriz do desenvolvimento da sociedade brasileira ao equacionar as desigualdades de oferta de mão de obra nas diversas regiões brasileiras. Para a construção de suas questões, Brito (2007) percorre quatro textos que, considera fundamentais, para a compreensão e análise dos processos migratórios no Brasil. Dois dos autores são referências baseadas na Economia, a saber, Michel Todaro (1980) e Singer (1980); dois são referenciados na Sociologia: Gino Germani (1970) e Eunice Durham (1984). Percorre-se o mesmo caminho, mencionando brevemente os pressupostos de cada um desses textos, contextualizando-os no momento histórico vivido pela sociedade brasileira na época em que foram escritos.

MIGRAÇÕES NO BRASIL: ABORDAGENS TEÓRICAS

Todaro (1980) atribui significativa importância à transferência de excedentes populacionais entre as estruturas rural e urbana observando-se o vetor movimento da primeira para a segunda. Atribui a esse movimento responsabilidade pelo progresso material de uma nação. Considera que a população agrícola tem, segundo essa interpretação, capacidade produtiva reduzida e sua transferência para a indústria moderna dos grandes centros urbanos resultaria em desenvolvimento econômico benéfico a todo o país. Atribui a racionalidade econômica ao migrante, supostamente capaz de avaliar que num primeiro momento haveria a possibilidade de desemprego, mas manteria a decisão a partir de uma renda futura presumida. Portanto, concebe-se o movimento rural-urbano em dois estágios no qual o migrante aceitaria subemprego ou emprego no setor informal num primeiro momento, para posteriormente, empregar-se definitivamente no setor industrial moderno. Claramente visualiza-se a racionalidade econômica do migrante.

Singer (1980), centra seus argumentos na defesa de que a realidade do setor industrial de dado país ou região, condiciona as características da migração. De acordo com o autor, nesse cenário, as migrações internas são necessárias na medida em que contribuem para a permanente reorganização da força de trabalho disponível e seu aproveitamento. À semelhança dos argumentos de Todaro (1980), Singer demonstra também, um estágio intermediário para o migrante do tipo rural-urbano, a saber, o tempo necessário de permanência no meio urbano lhe permitiria um aprendizado, ainda que, em trabalhos de menor prestígio para, num estágio seguinte e já devidamente aculturado pelos mecanismos da urbanidade, integrar-se de forma plena e mais eficaz do ponto de vista da produtividade industrial. Àqueles cujo caminhar nesse trajeto não se concretize, resta posicionar-se no chamado exército industrial de reserva, entendido não como zona de exclusão, mas como parte integrante e necessária ao funcionamento da lógica capitalista de produção.

Durham (1984) chama a atenção para um componente de extrema relevância dentro desta área de estudos: a migração como alternativa única de mobilidade dentro da escala social, sobretudo para os residentes nas regiões de tradição econômica agrícola. A migração tem, para essa autora, raízes na cultura brasileira. Tal interpretação, a leva um passo adiante, na percepção de que a migração estaria tão somente relacionada a uma racionalidade econômica do migrante, ao desenvolvimento do capitalismo ou mesmo à personificação em fator de contribuição para a modernização da sociedade brasileira ainda em processo de industrialização. Explica, assim, pela via cultural, os grandes fluxos migratórios da região nordeste para o sudeste durante os anos 1960 e 1970.

Germani (1970), ele próprio um migrante italiano, que vai para a Argentina como dissidente do regime fascista, constrói naquele país sólida carreira na esfera acadêmica do pensamento sociológico. Sua argumentação referencia-se nas teorias da modernização social e do desenvolvimento econômico e conclui que o migrante é parte importante da passagem das sociedades tradicionais para a moderna, caracterizada essencialmente pela produção de base industrial. Para Germani, é possível observar os movimentos migratórios para além de questões envolvendo mercado de trabalho. Variáveis culturais, coletivas e individuais devem ser consideradas. Ainda de acordo com esse autor, os processos migratórios estão diretamente vinculados com movimentos de mobilidade social e por consequência atrelados à modernização (Germani, 1970)

Também essa última interpretação permanece atrelada à lógica da modernização e, ainda que indiretamente, vinculada à racionalidade econômica. Entretanto, aqui tal racionalidade está vinculada ao processo migratório como um todo. Sua finalidade última seria a modernização social.

O traço comum às quatro percepções acima mencionadas, reside no seu *lôcus* temporal. Entre a primeira, datada de 1970 e a última, datada de 1984, compreende-se pouco menos de uma década e meia. Tanto o Brasil, quanto a América Latina, passavam por momentos de crescimento e consolidação de suas principais metrópoles, via de regra, todas elas produto de industrialização fragilmente constituída sob bases tecnológicas importadas, com pouquíssima ou quase nenhuma produção tecnológica local que lhes permitisse controle mínimo sobre seus processos de produção industrial. Portanto, é possível dizer que os trabalhos mencionados estruturam-se a partir de reflexões sobre a dinâmica da industrialização brasileira, que se estende, desde fins do século XIX e por parte significativa do século XX.

Uma das muitas argumentações, de base histórica, para a dinâmica observada ao longo desse período nos apresenta duas variáveis importantes para a compreensão, tanto dos processos migratórios internos no Brasil do século XX, quanto para os seus desdobramentos sociais, que grosso modo, conectam-se com as recentes temáticas acerca dos estudos populacionais; entre elas a migração de retorno. Vejamos como a variável tecnologia impacta nesse contexto:

assim, podemos ver que a capacidade geradora de energia elétrica é um importante elemento indicativo do grau de desenvolvimento regional, posto que traduz o crescimento urbano e industrial. O Sudeste não só lidera no conjunto do país, em termos de capacidade geradora instalada de produção de energia elétrica, como, no período em questão, distancia-se das demais regiões. Em 1945, de total nacional de 1.341 kW, o Sudeste era responsável por 1.062 kW, ficando as demais regiões do país com modestos 279,5 kW. Essa constatação torna-se um indicador respeitável para se aquilatar não somente a preponderância de industrialização do Sudeste, como também o vulto dos desequilíbrios regionais instalados a partir de tal processo (Monteiro, 1990, p. 310).

Nessa análise, é claro o destaque atribuído à motivação para a concentração industrial na região Sudeste do Brasil bem como sua conseqüência: as desigualdades regionais. Os quatro autores inserem-se num contexto social de escrita. Até a década de 1980, pela proximidade da dinâmica à qual se propuseram analisar, não lhes era permitido o distanciamento temporal necessário para a observação dos desdobramentos factuais à luz de suas proposições teóricas. Passadas, a partir do final da década de 1980, três décadas e meia, constata-se que as migrações internas no Brasil do século XX muito parcialmente se conectaram com a modernização do país. Nossas metrópoles, de quaisquer regiões, constata-se graves índices de desigualdade social em sua geografia interna. Inclusive aí indicadores como: renda, acesso a saúde, educação e segurança pública.

Novas variáveis incidem sobre a organização sócio-econômica brasileira ao adentrarmos a segunda metade da segunda década do século XXI. A indústria, a agropecuária, a bovinocultura, interferem diretamente nesse quadro e igualmente por ele são influenciadas. Recuperemos uma vez mais, nosso objeto e contexto de pesquisa: aqueles que ocupam os postos de trabalho na educação superior pública nos sete municípios do Tocantins que sediam os campi da Universidade Federal do Tocantins, dentro do atual contexto de mobilidade espacial da população. Vejamos, então, alguns traços constituintes da realidade sócio-histórica do Estado do Tocantins e sua relação com

algumas das características definidoras dos novos cenários da mobilidade populacional interna no Brasil.

TOCANTINS: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA E ECONÔMICA

De acordo com Cavalcante (2003) o Tocantins, através de sua constituição no ano de 1988 materializa projeto de conquista de autonomia, circunstanciado a seu próprio tempo. No entanto, o chamado discurso autonomista do Tocantins tem seu primeiro marco histórico no ano de 1821, momento em que o Norte de Goiás percebe-se em situação de abandono político-administrativo em relação ao Centro-Sul. Há um entendimento consensual, nas falas constitutivas do discurso autonomista, de que a separação do Centro-Sul de Goiás viabilizaria a autonomia jurídica e político-administrativa do Norte de Goiás, entendida como controle da receita fiscal e representação política nos órgãos decisórios do poder público federal. Ao completar 28 anos o Tocantins apresenta-se como objeto de alguns estudos acadêmicos, nas mais diversas áreas, entre elas meio ambiente, etnografia e demografia. As sete etnias indígenas presentes no estado, a bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e o movimento guerrilheiro nas proximidades do município de Xambioá, são alguns dos exemplos dos objetos de estudos trabalhados.

No que diz respeito a nosso trabalho de pesquisa, três dos mais populosos municípios do Estado do Tocantins, abrigam campus da Universidade Federal do Tocantins, a saber, a capital Palmas, com 272.726, Araguaína com 170.183 e Gurupi com 83.707 habitantes respectivamente. Os demais municípios que abrigam campus da Universidade contam com os seguintes contingentes populacionais: Arraias: 10.778, Miracema do Tocantins 19.634, Porto Nacional 52.182 e Tocantinópolis 23.141 habitantes respectivamente. O total de residentes em municípios tocaninenses atendidos diretamente pela Universidade Federal do Tocantins é de 632.351. Considerando-se que a população total do estado é de 1.515.126, conclui-se que 41,7% da população do Tocantins, reside em cidades atendidas pela Universidade (IBGE, 2012).

Três dos mais populosos municípios do Tocantins encontram-se já devidamente referendados pelos estudos demográficos como portadores das características, componentes da atual realidade migratória no Brasil. Mencionaremos a caracterização desses três municípios, Palmas, Araguaína e Gurupi, dentro dos atuais estudos demográficos, a seguir a contextualização que faz do Tocantins parte da mais recente fronteira agrícola do país.

No que diz respeito a Palmas, é possível encontrar estudos sobre migração que a apontam como destino. Menezes (2001), ao mencionar o espaço urbano como o ponto final mais expressivo dos atuais movimentos migratórios no Brasil, elenca razões que, segundo ela, justificam o entendimento de que algumas cidades da Amazônia, apresentam-se como localidades de atração de migração. Diz a autora:

enquanto receptáculo de migrantes que aportavam à região, as cidades da Amazônia tendem hoje a assumir um novo componente atrativo devido as seguintes razões: capitais de estado para onde convergem significativo contingente migratório inter-municipal e de excluídos das constantes remigrações. Destaca-se a primazia de Manaus como exemplo do forte poder de atração de migrantes (...) e Palmas, cidade em construção e capital do Tocantins – mais novo estado da federação - e que vem registrando crescimento vertiginoso de sua população total, com forte predominância da população urbana (Menezes, 2001, p.16).

A expressão utilizada pela autora para classificar o crescimento demográfico da cidade de Palmas, vertiginoso, no ano de 2001 encontra paralelo mais de uma década depois. No mês de agosto de 2015 o IBGE divulgou suas Estimativas de População Residente no Brasil e Unidades da Federação, nela, Palmas, apresenta 272.762 moradores. Considerando que em 2014, esse número era de 265.409, observa-se um aumento de 2,75% em sua população. Comparativamente, a média de crescimento para o Brasil nesse período foi de 0,83%, ou seja, Palmas apresenta crescimento três vezes maior do que o restante do País e nela situa-se o campus sede da Universidade Federal do Tocantins, abrigando Reitoria e Pró-Reitorias.

A segunda cidade mais populosa do Tocantins, Araguaína, também possui um dos campus da Universidade Federal do Tocantins. Encontramos também, entre as razões apontadas por Menezes (2001), justificativa para que aquele município possa ser classificado como localidade de atração de migração. De acordo com a autora

as cidades ao longo do eixo das estradas, que vencida a primeira etapa de organização do espaço econômico local, tendem a diferenciar-se e a receber cada vez mais investimentos no setor de prestação de serviços e a alocação de indústrias de beneficiamento da produção agrícola regional. As cidades do eixo da Belém-Brasília e da São Paulo-Porto Velho, constituem os principais exemplos (Menezes, 2001, p.15).

Situada às margens da Rodovia BR 153, Belém-Brasília, a cidade de Araguaína enquadra-se em duas das variáveis apontadas por Menezes (2001). A primeira delas, cidade localizada ao longo do eixo de rodovia e cidade pertencente à Amazônia Legal. Também de acordo com as Estimativas de População Residente no Brasil e Unidades da Federação divulgadas pelo IBGE para o ano de 2015, Araguaína conta com 170.183 habitantes. Considerando-se que em 2014 esse número era de 167.176, houve aumento de 1,79% entre o anos de 2014 e 2015. Portanto, pouco mais que o dobro da média nacional de 0,83%.

Em estudo publicado pelo CEDEPLAR em 2003 (Garcia, 2003), cujo objetivo foi o de verificar as áreas de influência demográfica e econômico-demográfica no território brasileiro, o município de Araguaína foi classificado, a partir da observação da evolução dos dados ao longo das décadas de 80, 90 e 2000, como Meso Pólo de influência. Cabe dizer ainda que, o município faz fronteira com o sul dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e oeste da Bahia, locais reconhecidamente originários de migração de mão de obra pouco qualificada para as mais diversas regiões de desenvolvimento brasileiro.

O município de Gurupi, localizado na região sul do estado do Tocantins, apresenta-se também como referencial para discussões recentes envolvendo políticas públicas para o desenvolvimento. Podemos mencionar as recentes discussões sobre implantação de Parques Tecnológicos como uma das possibilidades de trazer o município ao contexto das discussões. De acordo com Carinello e Erasmo (2011)

considerando o fato de o Brasil ter despertado tardiamente para inovação tecnológica, o Estado de Tocantins torna-se um potencial nesta área, pois seu pouco tempo de existência favorece em dois aspectos: não possuir um mercado interno conservador, características de centros historicamente desenvolvidos e seu tempo de existência é semelhante aos momentos de implantação de PqT e das políticas que incentivam esta iniciativa (...)Dados estatísticos, segundo Anprotec, (2008) evidenciam que dos 74 parques tecnológicos existentes no Brasil, atualmente, nenhum está localizado no Estado do Tocantins (...)Na região sul do Estado de Tocantins, na qual está

situado o Município de Gurupi, classificado em 3º lugar no Estado com um PIB de 851.170 (IBGE/SEPLAN, P. 1, 2008), este é considerado, dentre outros, um centro de referência em formação profissional, com três instituições de ensino superior, o que caracteriza este espaço como um potencial gerador de ideias inovadoras o que o torna pólo irradiador e atrativo de desenvolvimento financeiro e social. (Carinello e Erasmo, 2011, p. 2).

Gurupi apresenta, portanto, dinâmica de atratividade de movimentos migratórios bastante significativa, tornando-o referencial no estado do Tocantins ao lado dos já mencionados municípios de Palmas e Araguaína.

Uma outra variável, pode ser acrescentada ao Tocantins e seus municípios, que comportam campus da Universidade Federal do Tocantins: a inclusão no chamado MATOPIBA, que abrange cidades dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Bahia. De acordo com o Ministério da Agricultura, o MATOPIBA é a última fronteira agrícola do mundo, tal informação compõe o quadro construído por estudos demográficos ao mencionarem as fronteiras agrícolas como destino de migrações.

Sobre o MATOPIBA sabe-se que a soma da área destinada aos grãos nos quatro estados deverá crescer 4,37% na safra 2014/2015, no comparativo com a safra 2013/2014, saltando de 7,322 milhões de hectares para 7,642 milhões de hectares, de acordo com a estimativa da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab). Em termos de produção, o salto é de 18,107 milhões para 19,539 milhões de toneladas (GITE - Embrapa. Matopiba 2014) . No que diz respeito à sua caracterização demográfica, de acordo com o GITE (Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da EMBRAPA) o MATOPIBA integra áreas de 04 Estados, 10 mesorregiões, 31 Microrregiões , 337 Municípios e 73.173.485 ha, o equivalente a 51% da área dos 04 Estados. Com base nos dados do IBGE (Censo 2010) a população total do MATOPIBA era de 5.901.789 dos quais 3.854.561 viviam em área urbana (65,31%) e 2.047.228 na área rural (34,69%). Deve-se ressaltar que 38% da área do MATOPIBA, pertence ao estado do Tocantins. (GITE - Embrapa. Matopiba 2014)

Trabalho publicado pelo CEDEPLAR (Brito, 2012), expõe o fato de que, graças às políticas de estado de fortalecimento das recentes fronteiras agrícolas, a região norte recebe 9,5% da mobilidade populacional interestadual do Brasil no início do século XXI. Esse percentual é composto por investidores privados, representados majoritariamente por grandes compradores de terras; e por profissionais altamente qualificados ocupantes de carreiras do estado nas áreas da saúde, justiça e educação. O objeto de estudo, os professores da Universidade Federal do Tocantins, enquadra-se nesse tipo social, mencionado por Brito (2012), profissionais altamente qualificados das carreiras de estado da educação.

OS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E OS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL

A Universidade Federal do Tocantins conta atualmente com mais de 15.000 alunos, 48 cursos de graduação, 31 cursos de Mestrado e 5 de Doutorado. De acordo com dados divulgados pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) da UFT no ano de 2015, a instituição contava com 1.007 docentes. A origem desses profissionais, por região, apresenta os seguintes números:

Tabela 1: docentes por região de origem

Região de origem	Número de docentes
Norte	135
Nordeste	156
Centro oeste	184
Sul	138
Sudeste	360
Estrangeiros	34
Total	1007

Fonte: <http://ww2.uft.edu.br/institucional/pro-reitorias/137-progedep/quadro-de-pessoal-da-uft/14592-origem-docentes>

As três regiões com maior número de origem de docentes são a sudeste, com 360, a centro oeste com 184 e a nordeste com 156. Chama atenção, a significativa maioria de profissionais originários da região sudeste, que superam em número o somatório de profissionais oriundos das segunda e terceira regiões em origem de docentes, a saber, centro oeste e nordeste. Tais dados, encontram justificção, nas informações contidas no GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES. Por esse sistema é possível visualizar que a partir da variável distribuição de programas de pós-graduação no Brasil, três estados da região sudeste, concentram a maioria dos programas e, conseqüentemente a formação de profissionais aptos à carreira do magistério em Instituições Federais de Ensino Superior e Privadas. Os dados a seguir corroboram tal percepção:

Tabela 2 : Distribuição de programas de pós graduação no Brasil – Região Sudeste

Região Sudeste	N.º de programas de pós-graduação
Minas Gerais	369
São Paulo	832
Rio de Janeiro	426
Espírito Santo	62
Total	1689

Fonte: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

A Região Sudeste, apresenta quase o dobro do número, de programas de pós-graduação em comparação ao somatório daqueles encontrados nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, o que se pode concluir a partir de observação comparativa entre os dados expostos nas tabelas 2 e 3.

Tabela 3: Distribuição de programas de pós graduação no Brasil – Regiões Centro Oeste e Nordeste

Regiões Centro Oeste e Nordeste	Número de programas de pós graduação
Mato Grosso do Sul	60
Mato Grosso	48
Goiás e Distrito Federal	88
Bahia	158
Sergipe	46
Alagoas	31
Pernambuco	140
Paraíba	94
Rio Grande do Norte	85
Ceará	97
Piauí	32
Maranhão	37
Total	916

Fonte: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

Os dados das tabelas 2 e 3 demonstram respectivamente 1698 programas para a região sudeste e 916 programas para as regiões centro oeste e nordeste. Ou seja, os quatro Estados da Região Sudeste apresentam 1,85 vezes mais cursos do que os 12 estados das regiões centro oeste e sudeste. Quando se observa variáveis semelhantes para a região Sul do Brasil o Sistema GEOCAPES apresenta os seguintes dados:

Tabela 4: Distribuição de programas de pós graduação no Brasil – Região Sul

Região Sul	Número de programas de pós-graduação
Paraná	305
Santa Catarina	154
Rio Grande do Sul	374
Total	833

Fonte: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

Observa-se que, os três Estados da região sul, apresentam números muito próximos do total de cursos de pós-graduação observáveis nas regiões centro oeste e nordeste juntas, que compreende um total de 12 Estados.

Somados os cursos de pós-graduação, existentes nas regiões sul e sudeste, chega-se ao número de 2.522 programas. As demais 3 regiões do país, norte, nordeste e centro oeste apresentam 1.113 programas, ou seja, 2,29 vezes menos. Constata-se a significativa concentração de formação de mão de obra para o ensino superior nas regiões sul e sudeste. Tal constatação reforça os demais dados observáveis em análises comparativas entre as regiões brasileiras, considerados essenciais para a mensuração de algumas das variáveis atreladas às discussões acerca do desenvolvimento social e regional, a saber, educação, saneamento, renda e longevidade.

A exposição de dados semelhantes aos apresentados acima para a região na qual encontra-se a Universidade Federal do Tocantins, demonstra de forma bastante significativa as diferenças até aqui apontadas. Variáveis semelhantes para a região norte do Brasil, também encontradas no Sistema GEOCAPES, apresentam os seguintes dados. O estado do Pará apresenta 91 cursos de programas de pós graduação, o Amazonas 53, o Acre 8, Rondônia 10, Roraima 11, Amapá 4 e o Tocantins 20. Os sete estados da região norte do Brasil apresentam um total de 197 programas; 4,22 vezes menos do que o número observável nos 3 estados que compõem a região sul, 833. Comparativamente com a região sudeste e seus 4 estados, esse número é 8,57 vezes menor. Digno de nota é o fato de que a região norte abriga os três estados com os menores números de cursos de pós-graduação, a saber: Amapá com 4 cursos; Rondônia com 10 cursos e Roraima com 11 cursos.

Uma análise comparativa intra-regional demonstra que o Estado do Tocantins, com 20 programas de pós-graduação, apresenta 4,55 vezes menos cursos que o Estado do Pará, com 91 programas e o maior número da região. Comparativamente ao Amazonas, apresenta 2,65 vezes menos cursos. Mesmo dentro da região norte, com os números mais frágeis, no que diz respeito à formação de mão de obra qualificada para atuação no ensino superior, o Tocantins apresenta números significativamente menores em relação aos estados com maiores números de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Os dados observáveis na Tabela 1, na qual estão expostos o número de professores da Universidade Federal do Tocantins de acordo com sua região de origem, podem ser desdobrados a partir da origem por Estados e comparados com a distribuição de cursos de pós-graduação no Brasil. Os Estados serão demonstrados partindo-se da região norte, centro-oeste, nordeste, sudeste e sul.

Tabela 5: origem dos professores da Universidade Federal do Tocantins por Estados

Estado de origem	Número de professores	Estado de origem	Número de professores
RR	0	MA	32
AC	1	PB	31
AM	2	PE	16
AP	1	PI	14
RO	1	RN	6
TO	96	SE	4
GO	147	ES	10
MS	18	MG	128
MT	7	RJ	45
DF	12	SP	177
AL	6	PR	57
BA	23	RS	59
CE	24	SC	22
Total	1007		

Fonte: <http://www2.uft.edu.br/institucional/pro-reitorias/137-progedep/quadro-de-pessoal-da-uft/14592-origem-docentes>

Observa-se que dos 10 estados cujos números de origem de docentes são maiores, três estão localizados na região sudeste, a saber: São Paulo com 177, Minas Gerais com 128 e Rio de Janeiro com 45. Três estados estão localizados na região nordeste: Maranhão com 32, Paraíba com 31 e Ceará com 24. Dois estão localizados na região sul: Rio Grande do Sul com 59 e Paraná com 57. Um dos estados está localizado na região centro oeste, Goiás com 147; e outro dos estados, o próprio Tocantins está localizado na região norte com 96.

Em sentido oposto, observa-se que entre os estados com menor número de origem de docentes encontram-se Roraima com nenhum docente, Amazonas com 2, Amapá com 1, Rondônia com 1 e Acre com 1. Dados que indubitavelmente reafirmam as ainda frágeis políticas públicas para a região norte do Brasil na esfera educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o movimento migratório de trabalhadores qualificados para a região norte, mais especificamente para a Universidade Federal do Tocantins e os diversos municípios do estado que a abrigam, está em sintonia com as recentes teorias e tendências de determinados fluxos de

migração. Os dois municípios mais populosos, Palmas e Araguaína, apresentando índices de crescimento populacional acima da média nacional nos últimos dois anos, estão sujeitos a algumas das variáveis destacadas em recentes estudos populacionais. Proximidade em relação à rodovia BR 153 – Belém-Brasília, localização dentro ou limítrofe da região do MATOPIBA, classificada como última fronteira agrícola do mundo, políticas públicas de expansão recente para a região norte de educação superior gratuita, são alguns dos fatores de atratividade de mão de obra.

Especificamente para este trabalho, que se dedicou a observar a mobilidade da mão de obra altamente qualificada, observa-se que o fluxo encontra-se fortemente marcado pelo vetor que parte significativamente de duas regiões, sul e sudeste, e termina na região norte. Dos 1007 professores da UFT, 498 são oriundos das regiões sudeste e sul. Em menor grau, mas também com números significativos, observa-se outro vetor que parte das regiões centro oeste e nordeste e, igualmente termina, na região norte. Um total de 340 profissionais docentes da UFT, é oriundo dessas últimas duas regiões mencionadas.

Por sua vez a região norte aparece com 135 docentes, o que demonstra que os postos de trabalho são ocupados majoritariamente por migrantes vindos de outras regiões do Brasil, em sua significativa maioria do sul e do sudeste. Dos 135 docentes oriundos da região norte, deve-se ressaltar que 96 são originários do próprio Tocantins, ou seja, apenas 39 são oriundos dos demais estados da região norte.

O recente fluxo migratório interno brasileiro, especificamente a partir do que foi exposto, apresenta possibilidade de interpretação acerca de uma ruptura e inversão de movimento em relação ao que se observava há três décadas, ou seja, as regiões, sul, sudeste e nordeste passam a ser, nesse caso específico da mão de obra qualificada, um emissor de trabalhadores e a região norte um receptor desses mesmos trabalhadores qualificados. Ressalta-se que o traço de continuidade é marcado, embora não tenha sido esse um dos objetivos desse trabalho, pela profunda desigualdade no número de programas de pós-graduação *stricto sensu* entre as regiões brasileiras. Tal fato denota, ainda, uma de nossas grandes deficiências na área das políticas públicas, ou seja, a necessidade de ações ainda mais incisivas para o desenvolvimento social e integração nacional da região norte do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYDOS, Mariana Recena. Migrações internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. In: **Anais da XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ**, 20 a 24 de setembro de 2010.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas o Brasil século 21: evidências empíricas e conceituais. In: **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife/Pernambuco, v. 1, p. 1-10, 2014.
- BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. In: **Anais do CELADE de Migracion Interna**, Brasília: Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população, pp 1. – 25, 2007.
- _____. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?** Texto para discussão n.º 465. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

- CARINELO, Monica Franchi & ERASMO, Eduardo Andrea Lemos. Análise do cenário do município de Gurupi para implantação de um parque tecnológico. In: **Anais do XI Encontro Latino Americano de Pós Graduação**, São José dos Campos, SP, p. 1-6. 21 a 22 de outubro de 2011.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.
- CUNHA, José Marcos Pinto. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. In: **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, jul./dez. 2012.
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984.
- FERREIRA, Frederico Poley Martins. Registros administrativos como fonte de dados. In: **Informática Pública**, Belo Horizonte, ano 10 (1): 81 – 93, 2008.
- GARCIA, Ricardo Alexandrino. **A evolução das áreas de influência demográfica e economico-demográfica dos pólos econômicos brasileiros entre 1980, 1991 e 2000**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.
- GERMANI, Gino. **Sociologia de la modernization**. Buenos Aires, 1970.
- < <http://ww2.uft.edu.br/institucional/pro-reitorias/137-progedep/quadro-de-pessoal-da-uft/14592-origem-docentes>> Acesso em setembro de 2016.
- EMBRAPA - GITE, Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. **Desenvolvimento Territorial Estratégico para a Região do MATOPIBA** – Parceria INCRA e EMBRAPA (MDA E MAPA). Disponível em <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html> > Acesso em outubro de 2010.
- <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>> Acesso em setembro de 2016.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros**, 2012.
- MENEZES, Maria Lucia Pires. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. In: **Scripta Nova**. Revista Eléctronica de Geografía y Ciencias Sociales. Espanha. Universidade de Barcelona. Nº 69 (45), 1 de agosto de 2000.
- _____. A crise do Estado de bem estar e a caracterização de processos territoriais da migração no Brasil. In: **Scripta Nova**. Revista Eléctronica de Geografía y Ciencias Sociales. Espanha. Universidade de Barcelona. Nº 95 (85), 1 de agosto de 2001.
- MORAES, Maria Helena Machado de & GIROLDO, Danilo. Distribuição Geográfica da Pós-Graduação: estudo de indicadores. In: **Anais do IX ANPED/Sul**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul, RS, p. 1-7, 29 de julho a 1º de agosto de 2012.
- OLIVEIRA, Antonio Tadeu & SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio (org). **Migração Interna, Textos Selecionados**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

TODARO, Michael. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países Subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio (org). **Migração Interna, Textos Selecionados**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1980.

ZACHARIAS, Maria Luiza Barcellos Cadastros Estatísticos de Empresas Construídos a partir de Registros Administrativos. **Segunda reunião da Conferência de Estatística das Américas CEPAL/ONU** Santiago do Chile, 18 a 20 de Junho de 2003.